



**Demonstrações Financeiras Intermediárias com
Relatório dos Auditores Independentes**

Terra Brasis Resseguros S.A.

30 de junho de 2016

Terra Brasis Resseguros S.A.

Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2016

Índice:

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	7
Balanços Patrimoniais.....	9
Demonstrações do Resultado	11
Demonstrações do Resultado Abrangente	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto	14
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias	15
1. Contexto Operacional.....	15
2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias	15
3. Principais Práticas Contábeis	16
4. Disponível	20
5. Aplicações Financeiras	21
6. Créditos e Débitos de Operações com Seguros e Resseguros.....	23
7. Imposto de Renda e Contribuição Social	25
8. Transações com Partes Relacionadas	27
9. Depósitos de Terceiros	27
10. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado e Exigência de Capital	27
11. Provisões Técnicas e Custos de Aquisição Diferidos	28
12. Cobertura das Provisões Técnicas	32
13. Grupos de Ramos de Atuação.....	32
14. Patrimônio Líquido	33
15. Políticas de Gerenciamento de Riscos.....	34
16. Detalhamento das Contas de Resultado	37
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	40

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

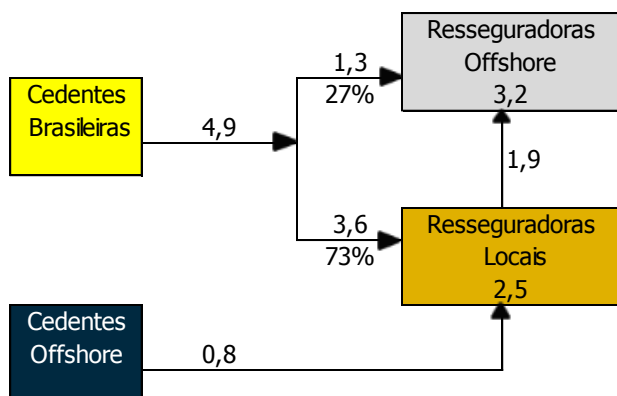
Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.S.^{as} as demonstrações financeiras intermediárias da Terra Brasis Resseguros S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016.

O Mercado Brasileiro de Resseguros

Com base em informações públicas divulgadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), o volume de resseguros cedidos pelas Seguradoras brasileiras, bruto de comissão e incluindo Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE), atingiu a cifra de R\$ 4,9 bilhões nos primeiros seis meses de 2016, apresentando crescimento nominal de 12,1% em relação ao mesmo período de 2015.

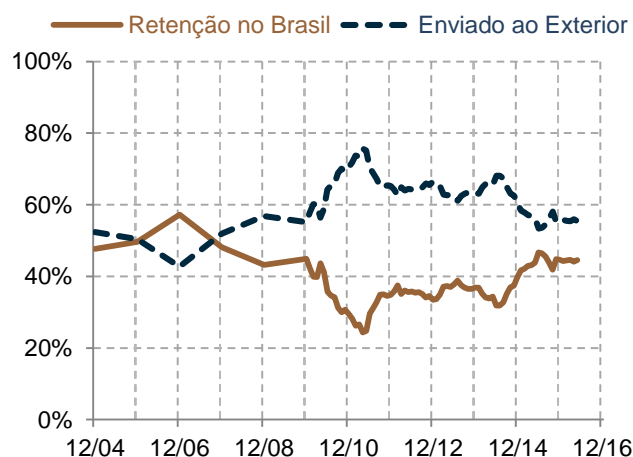
Com base nos mais recentes dados das Resseguradoras Locais fornecidos pela Susep, (referentes a maio de 2016), perto de 73% desse volume foi colocado nas Resseguradoras Locais, porém depois de computadas as retrocessões feitas ao exterior o volume de resseguro retido no Brasil passa a representar algo perto de 45% do total do resseguro cedido pelas Seguradoras brasileiras, indo 55% para o exterior.

Distribuição de Prêmio, janeiro a junho 2016



Fonte: Susep, Terra Brasis, valores expressos em bilhões de reais, valores estimados com base nas informações de maio de 2016

Repartição do Prêmio Gerado no Brasil após Retrocessão



Fonte: Susep, Terra Brasis, valores expressos em milhões de reais

O lucro do conjunto das Resseguradoras Locais, após a dedução de impostos, registrou até maio de 2016 o valor de R\$ 338 milhões, frente a R\$ 284 milhões no mesmo período de 2015.

Algumas Resseguradoras Locais continuam seus processos de internacionalização, aceitando riscos do exterior, notadamente da América Latina, atingindo em 2016, até maio, o montante de R\$ 554 milhões de Prêmio Emitido, valor representativo frente aos R\$ 3.971 milhões oriundos de cedentes brasileiras no mesmo período. Feita com cautela e competência a estratégia de tornar o Brasil um Polo Exportador de Resseguros é um projeto natural para um país que, com um forte mercado ressegurador local e com poucas catástrofes naturais, pode mitigar os riscos de países vizinhos localizados numa região altamente exposta a desastres naturais.

A Resolução 325/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) que inicia sua vigência em janeiro de 2017, faz com que os principais itens da regulamentação do resseguro retornem gradativamente até o ano de 2020, àquelas implantadas na época da abertura pela Lei Complementar 126/2007. Considerando que as práticas utilizadas pelo mercado durante os anos de 2009 e 2010, motivo das alterações de regulamentação em 2010, não voltarão a ser utilizadas, a Resolução 325/15 terá efeitos positivos no mercado, pois com a

estabilidade regulatória implantada, permite focar os esforços no aprimoramento e desenvolvimento da indústria brasileira de resseguros.

Organização Societária

A Terra Brasis, com capital integralizado de R\$ 100,7 milhões, é parte do Grupo Financeiro Brasil Plural e possui participação qualificada do *International Finance Corporation (IFC)*, braço financeiro do Banco Mundial para o setor privado.

Além da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, a Terra Brasis possui os Comitês de Auditoria, de Investimentos, de Subscrição e de Sinistros, órgãos estatutários de apoio à Administração, também homologados pela Susep.

Perspectivas e Estratégias de Negócios

A Terra Brasis desde seu início de operações em novembro de 2012 mantém sua estratégia de aceitar negócios de forma prudente com grau de risco e expectativa de retornos coerentes, buscando aumentar consistente e progressivamente o volume de negócios e a rentabilidade do capital investido.

A Companhia mantém o investimento no desenvolvimento da equipe de colaboradores com o objetivo de melhor atender aos clientes e parceiros. Procura também colaborar para o aprimoramento do mercado, com a introdução gradativa de técnicas contemporâneas na área de resseguros. No primeiro semestre de 2016 ministrou novos cursos de resseguro para 189 funcionários de Seguradoras, certificando desde o início dos cursos perto de 480 alunos de 25 companhias de seguro.

A Terra Brasis continua também desenvolvendo estudos sobre os impactos das catástrofes naturais no país e mantendo sua estratégia de opção pela inovação desenvolveu e divulgou em 2016 com muito sucesso uma edição especial do *Terra Report* sobre o evento catastrófico ocorrido em Mariana e suas consequências.

O *XTerra*, primeira ferramenta de precificação de resseguro não proporcional desenvolvida no Brasil continua sendo disponibilizada e consultada pelo mercado através do site da Terra Brasis, que, com este trabalho foi pela segunda vez premiada pela Confederação Nacional de Seguros (CNSeg) no concurso anual Antonio Carlos de Almeida Braga.

Em Maio de 2016, a Terra Brasis Resseguros foi eleita "*Brazilian Reinsurer of the Year*" pela revista *Reactions*. Respeitada e reconhecida mundialmente como referência no mercado de Resseguros a *Reactions* é uma publicação da editora *EuroMoney*, que também publica *Institutional Investor* e *LatinFinance*, referências mundiais em finanças. Esta conquista, que não teria sido possível sem o suporte de nossos clientes e parceiros de negócios, deixa a todos da Terra Brasis muito honrados.

Mesmo mantendo seu foco de atuação no Brasil, a inserção internacional da Terra Brasis, iniciada em 2014 com estudos sobre outros mercados de resseguro na América Latina e continuada em 2015 com a aceitação selecionada de pequenas participações de forma marginal e exploratória de alguns riscos oriundos da Colômbia, Peru e Equador, foi incrementada durante o primeiro semestre de 2016, estando programada para o próximo mês de novembro a inauguração formal do primeiro escritório de representação da Companhia no exterior, localizado em Bogotá, já operando e provendo apoio comercial à atuação nesta região.

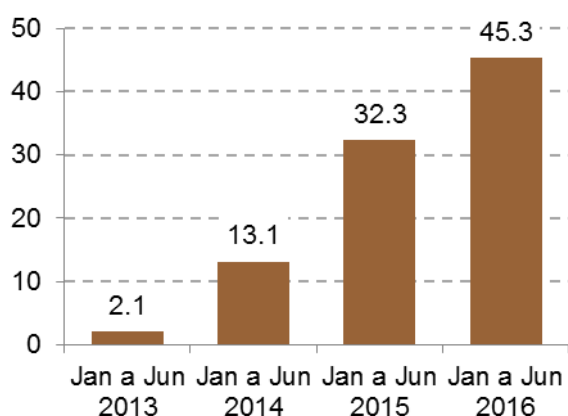
Dentro da perspectiva de crescente atuação regional, a Terra Brasis se mantém como membro da Federação Interamericana de Empresas de Seguros (FIDES), entidade composta por representantes do mercado de seguros de 16 países da América Latina além dos Estados Unidos e da Espanha e que tem como objetivo estimular o desenvolvimento do mercado, defendendo a iniciativa privada e padrões éticos e técnicos em todas as atividades relacionadas ao setor. Desde 2015 a Terra Brasis tem representantes nas Comissões de Resseguro, de Solvência, de Regulamentação e de Educação Financeira da referida entidade.

A Terra Brasis adota a política de sustentabilidade em seguros, coerente com procedimentos estruturais do acionista *IFC*, e observa em seu processo decisório a conscientização sobre questões ambientais, sociais e de governança. Nesse sentido foi a primeira Resseguradora Local a assinar o *Principles for Sustainable Insurance (UNEP FI)*, iniciativa das Nações Unidas em parceria com a indústria global de seguros.

Desempenho Operacional

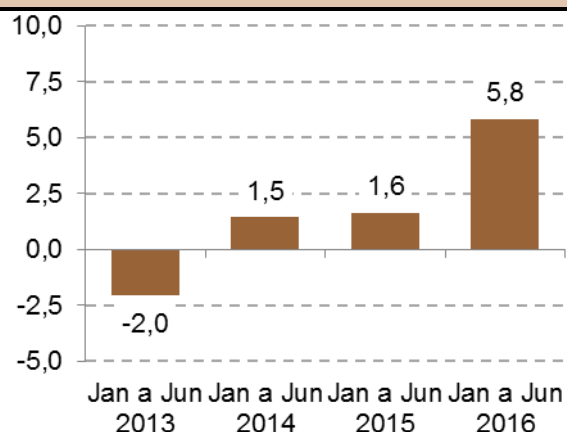
A Terra Brasis continua a receber o apoio das Seguradoras e Corretoras do mercado brasileiro, e obteve o valor de prêmio ganho no primeiro semestre de 2016 de R\$ 45,3 milhões e um resultado antes de impostos de R\$ 5,8 milhões.

Prêmios Ganhos



valores expressos em milhões de reais

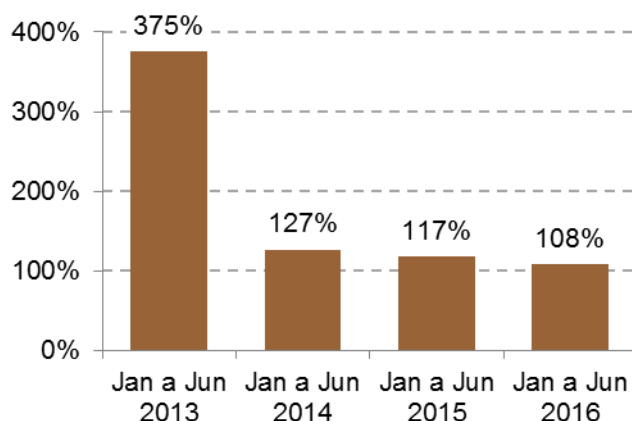
Resultado Bruto



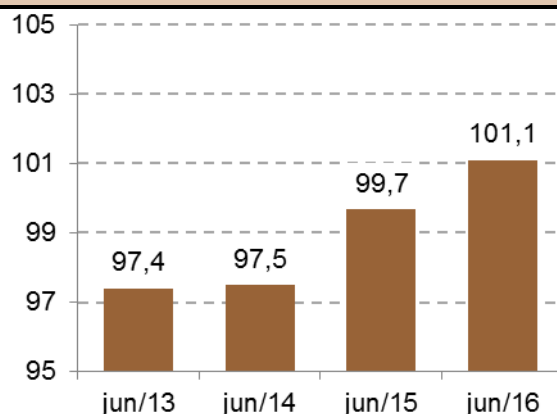
valores expressos em milhões de reais

O resultado positivo de R\$ 5,8 milhões antes de impostos e de R\$ 3,7 milhões após impostos, obtido no primeiro semestre de 2016, é reflexo da tendência de redução gradativa dos índices de custos administrativos e de custos de retrocessões, situação prevista pelo crescimento gradual de negócios da Companhia nesta fase das operações.

Combined Ratio

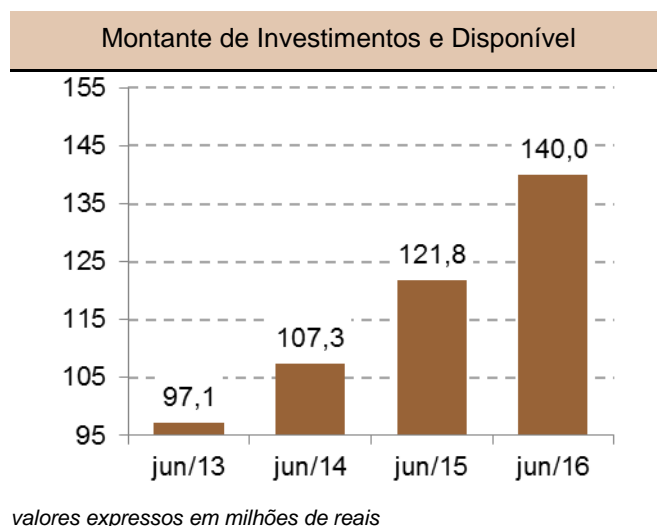


Patrimônio Líquido



valores expressos em milhões de reais

O disponível e as aplicações financeiras registraram R\$ 140,0 milhões em 30 de junho 2016, contra R\$ 107,3 milhões em 30 de junho de 2015, contribuindo com os seus resultados para o desempenho da Companhia. As aplicações financeiras obedecem aos normativos oficiais, principalmente os contidos nas Resoluções CNSP nº 226/2010 e CMN nº 4.444/2015. As aplicações em fundos de investimento de liquidez e seus portfólios são monitorados individualmente e registrados contabilmente na categoria ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.



A Agência *A.M.Best*, especializada no setor de seguros, manteve o *rating global* de força financeira **B++** com perspectiva estável e o *rating global* de crédito emissor **bbb**, alterando a perspectiva de positiva para estável. A *Standard & Poors* alterou o *rating*, na escala doméstica, de **brA+** para **brA** mantendo a perspectiva estável.

Agradecimentos

Agradecemos às Autoridades do Setor, Seguradoras, Corretoras, Retrocessionárias e a todos os parceiros de negócios pela confiança depositada nos trabalhos da Administração. Agradecemos também aos nossos Acionistas e Colaboradores pelo contínuo empenho no desenvolvimento da Terra Brasis.

São Paulo, 29 de agosto de 2016

Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da,
Terra Brasis Resseguros S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Terra Brasis Resseguros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terra Brasis Resseguros S.A em 30 de Junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.

São Paulo, 29 de agosto de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3

Balancos Patrimoniais

30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/06/2016	31/12/2015
Circulante		229.299	177.514
Disponível	4	2.135	991
Caixa e bancos		2.135	991
Aplicações	5	101.320	57.672
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	44.933	50.511
Operações com seguradoras		41.472	47.650
Operações com resseguradoras		3.461	2.861
Ativos de resseguro e retrocessão	11.2	78.440	65.269
Títulos e créditos a receber		1.109	1.804
Títulos e créditos a receber		23	23
Créditos tributários e previdenciários	7.1	915	1.721
Outros créditos		171	60
Despesas antecipadas		35	11
Custos de aquisição diferidos	11.4	1.327	1.256
Resseguros		1.327	1.256
Ativo não circulante		47.586	89.391
Realizável a longo prazo		47.054	88.786
Aplicações	5	36.545	73.767
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	-	24
Operações com seguradoras		-	24
Ativos de resseguro e retrocessão	11.2	5.061	9.356
Títulos e créditos a receber		5.297	5.151
Créditos tributários e previdenciários	7.1	5.198	5.053
Outros créditos		99	98
Custos de aquisição diferidos	11.4	151	488
Imobilizado		232	258
Bens móveis		220	244
Outras imobilizações		12	14
Intangível		300	347
Outros intangíveis		300	347
Total do Ativo		276.885	266.905

Balancos Patrimoniais30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	30/06/2016	31/12/2015
Circulante		165.791	151.669
Contas a pagar		1.171	815
Obrigações a pagar		509	178
Impostos e encargos sociais a recolher		205	176
Encargos trabalhistas		325	290
Impostos e contribuições		132	171
Débitos de operações com seguros e resseguros	6	23.505	27.069
Operações com resseguradoras		22.381	25.706
Corretores de seguros e resseguros		1.124	1.363
Depósitos de terceiros	9	435	278
Provisões técnicas - resseguradora	11.1	140.680	123.507
Passivo não circulante		9.966	18.038
Contas a pagar		918	-
Tributos Diferidos		918	-
Débitos de operações com seguros e resseguros	6	-	21
Provisões técnicas - resseguradora	11.1	9.048	18.017
Patrimônio líquido	14	101.128	97.198
Capital social		100.766	100.494
Ajustes de avaliação patrimonial		(18)	3
Lucros / (Prejuízos) acumulados		736	(2.943)
Ações em Tesouraria		(356)	(356)
Total do Passivo		276.885	266.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	Notas	30/06/2016	30/06/2015
Prêmios emitidos	16a	40.476	44.065
(+/-) Variações das provisões técnicas		4.798	(11.788)
(=) Prêmios ganhos		45.274	32.277
(-) Sinistros ocorridos	16b	(37.197)	(24.737)
(-) Custos de aquisição	16c	(1.430)	(1.043)
(+/-) Outras despesas e receitas operacionais	16d	(15)	3
(-) Resultado com retrocessão	16e	(2.209)	(5.339)
(-) Despesas administrativas	16f	(6.389)	(5.200)
(-) Despesas com tributos	16g	(1.885)	(1.682)
(+) Resultado financeiro	16h	9.553	7.225
(+) (-) Receitas financeiras		23.360	10.524
(-) Despesas financeiras		(13.807)	(3.299)
(+) Resultado patrimonial	16i	140	140
(=) Resultado operacional		<u>5.842</u>	<u>1.644</u>
(-) Imposto de renda	7.2	(1.159)	(382)
(-) Contribuição social	7.2	(881)	(233)
(-) Participação sobre o lucro		<u>(123)</u>	<u>(111)</u>
(=) Lucro líquido do semestre		<u><u>3.679</u></u>	<u><u>918</u></u>
(/) Quantidade de ações - em milhares		100.650	100.450
(=) Lucro líquido - por mil ações		36,55	9,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Lucro líquido do semestre	<u>3.679</u>	<u>918</u>
Outros resultados abrangentes		
Ajuste a valor de mercado	(36)	-
Impostos ajustes a valor de mercado (imposto diferido)	15	-
(=) Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	<u>(21)</u>	<u>-</u>
(=) Total do resultado abrangente do semestre	<u>3.658</u>	<u>918</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio LíquidoSemestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Ações em Tesouraria	Ajuste ao Valor de Mercado TVM	Lucros / (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015	100.494	1.600	-	-	(2.841)	99.253
Ações em Tesouraria	-	-	(494)	-	-	(494)
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	918	918
Saldo em 30 de junho de 2015	100.494	1.600	(494)	-	(1.923)	99.677
Saldo em 1 de janeiro de 2016	100.494	--	(356)	3	(2.943)	97.198
Variação ao Valor de Mercado	-	-	-	(21)	-	(21)
Aumento do Capital Social	272	--	-	-	-	272
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	3.679	3.679
Saldo em 30 de junho de 2016	100.766	--	(356)	(18)	736	101.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método IndiretoSemestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Atividades operacionais		
Lucro Líquido do semestre	3.679	918
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	73	61
Ajustes a valor de mercado	(21)	-
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(6.426)	(9.044)
Créditos das operações de seguros e resseguros	5.602	1.683
Ativos de resseguro	(8.876)	(20.496)
Créditos fiscais e previdenciários	659	113
Ativo fiscal diferido	(111)	187
Despesas antecipadas	(24)	(378)
Custo de aquisição diferido	266	(33)
Outros ativos	-	(49)
Impostos e contribuições	943	(7)
Outras contas a pagar	331	304
Débitos de operações com seguros e resseguros	(3.585)	396
Depósitos de terceiros	158	(815)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	8.204	27.562
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais	872	402
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra		
Imobilizado	-	(61)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	-	(61)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital (subscrição de ações)	272	-
Ações em tesouraria	-	(494)
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades de financiamento	272	(494)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	1.144	(153)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	991	1.284
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	2.135	1.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Terra Brasis Resseguros S.A. (doravante referida também como “Terra Brasis” ou “Companhia” ou “Resseguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada à Rua Minas da Prata, nº 30, conjunto 122, Itaim Bibi, São Paulo, Capital, CNPJ 12.909.684/0001-28.

Foi constituída em 20 de setembro de 2010 como prestadora de serviços, com o propósito de transformar-se em Resseguradora Local. No exercício de 2011, ainda em fase pré-operacional, desenvolveu sistemas e processos para a estruturação das operações de resseguro.

Em 4 de outubro de 2012, por meio da Portaria nº 4.881, recebeu da Superintendência de Seguros Privados – Susep autorização para operar como Resseguradora Local em atividades de resseguro e retrocessão, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Resolução CNSP nº 168/2007.

A Resseguradora é uma coligada do Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo.

Em 5 de novembro de 2015, por meio da Portaria nº 6.381, a Terra Brasis Resseguros, recebeu da Superintendência de Seguros Privados – Susep autorização para abrir seu escritório de representação na Colômbia.

Em 18 de março de 2016 a Terra Brasis Resseguros Oficina de Representacion Colombia, obteve matrícula da Camara de Comercio Bogota e iniciou suas atividades como escritório de representação.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

a) Base de preparação: As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep, que compreendem as normas estabelecidas pela Susep os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, quando referendados pela Susep, e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Terra Brasis em 29 de agosto de 2016.

b) Comparabilidade: As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Circular Susep nº 517/2015.

c) Continuidade: A Administração avaliou a capacidade da Terra Brasis em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

d) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Resseguradora. Exceto quando indicado de outra forma, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor apurada naquela data. As oscilações cambiais resultantes dessa conversão são

reconhecidas no resultado.

e) Base para mensuração: Os Ativos e Passivos são mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial:

- i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- ii. provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Susep.

f) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação de demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com as normas publicadas pela Susep, exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras intermediárias e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.2 - Instrumentos financeiros;
- Nota 3.3 - Prêmios emitidos;
- Nota 3.10 - Provisões técnicas e teste de adequação de passivos;
- Nota 6 - Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros;
- Nota 7 - Imposto de renda e contribuição social.

g) Segregação entre circulante e não circulante: A Terra Brasis efetua a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado, no curso normal do ciclo operacional de 12 meses da entidade; ou
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados e estão demonstradas a seguir.

3.1. Disponível: Incluem o numerário disponível em caixa e os saldos positivos em conta movimento.

3.2. Instrumentos financeiros: A Terra Brasis classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

3.2.a. Classificações das categorias:

- i. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja mantido

para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Terra Brasis gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii. *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

iv. *Empréstimos e Recebíveis*

Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros que são avaliados, periodicamente, quanto à sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

3.2.b. Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas nas notas explicativas.

3.2.c. Hierarquia do valor justo:

O valor justo é classificado nos seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;

Nível 2: Quando é utilizada uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto;

Nível 3: Ativos cujo valor justo é determinado com base em premissas internas tendo em vista a ausência de informações e dados observáveis no mercado.

3.3. Prêmios emitidos: A Terra Brasis subscreve contratos de resseguro que visam fornecer cobertura para riscos ofertados pelas Sociedades Seguradoras e Resseguradoras (denominadas Cedentes).

Os contratos são denominados facultativos, quando são subscritos especificamente para cobrir o risco ofertado individual e facultativamente pelas Cedentes e são denominados de automáticos ou de carteira quando a Cedente e a Terra Brasis definem previamente os tipos e as condições em que os riscos devem ser automaticamente incluídos no contrato.

Os contratos podem ser proporcionais quando a Terra Brasis e a Cedente dividem proporcionalmente os prêmios e os sinistros originais dos riscos do contrato ou podem ser não proporcionais, também chamados resseguros de sinistros, quando a Terra Brasis participa somente nos sinistros acima de determinado valor e recebe da Cedente um prêmio calculado especificamente para esta responsabilidade.

Os prêmios de riscos vigentes não emitidos (RVNE) são apurados com base em metodologia própria, de acordo com o previsto nas normas do CNSP, regulamentadas pela Susep.

Para os contratos facultativos os prêmios de resseguro são registrados integralmente na data de subscrição dos contratos.

Para os contratos automáticos não proporcionais os prêmios de resseguro também são registrados integralmente na data de subscrição dos contratos, com base no prêmio depósito, sendo monitorados durante a vigência do contrato e ajustados aos seus valores efetivos no final do período de cobertura do risco.

Para os contratos automáticos proporcionais os prêmios de resseguro são registrados mensalmente com base em estimativas fornecidas pelas Cedentes e inscritas pela Companhia, visando acompanhar no tempo e no valor a emissão de prêmios pelas Cedentes. Inicialmente as estimativas são ajustadas por um fator de corte mensurado com base na experiência histórica da companhia, são monitoradas durante a vigência dos contratos e atualizadas quando do recebimento de informações das Cedentes.

A Terra Brasis contrata coberturas e mantém contratos de retrocessão para aumentar sua capacidade de aceitação, restringir sua responsabilidade ao limite de retenção por risco subscrito e mitigar o risco de perdas significativas originadas de eventos catastróficos.

Os prêmios cedidos das retrocessões proporcionais são registrados em consonância com o registro dos prêmios das aceitações cobertas por elas. Os prêmios das retrocessões não proporcionais são registrados integralmente na data de cessão do contrato de retrocessão.

As despesas de comercialização são registradas de acordo com os mesmos critérios aplicados aos prêmios.

3.4. Prêmios ganhos: Para os contratos facultativos os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro rata die*, ao longo do período de vigência dos riscos envolvidos.

Para os contratos automáticos proporcionais e para os contratos automáticos não proporcionais do tipo *Risk Attaching* (nos quais os riscos subscritos no período do contrato estão cobertos durante todas as suas vigências) os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro rata die*, ao longo do período de vigência dos riscos envolvidos nos contratos, conforme informações e estimativas de vigências médias fornecidas pelas Cedentes.

Para os contratos automáticos não proporcionais do tipo *Loss Occuring* (nos quais estão cobertos os sinistros ocorridos no período de vigência do contrato) os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro rata die*, ao longo do período de vigência dos contratos.

Para os contratos de retrocessão os mesmos princípios de apropriação acima se aplicam às retrocessões cedidas.

3.5. Redução ao valor recuperável: A Terra Brasis em conformidade com o Art. 167 da Circular Susep nº 517/2015, realizou estudo técnico específico analisando seu histórico de perdas e o risco de inadimplência. O estudo leva em conta as peculiaridades da operação e das prestações de contas no mercado de resseguro, além da qualidade dos devedores e índice de inadimplência ser zero. Os casos de atraso são analisados individualmente pela Diretoria. Com base no estudo, a classificação do ativo como não recuperável pode ocorrer a qualquer momento após o atraso, quando justificado, ou no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias.

3.6. Sinistros ocorridos: Corresponde à somatória das indenizações pagas no período e da variação no período das provisões para sinistros a liquidar (PSL), para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) e para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER).

3.7. Imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende móveis e utensílios e equipamentos utilizados na condução dos negócios e é demonstrado ao custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada. Estima-se a vida útil de móveis e utensílios em 10 anos e de equipamentos em 5 anos.

3.8. Intangível: Os custos associados à aquisição de *software* são ativados e amortizados durante sua vida útil estimada e não superior a cinco anos. Os desenvolvidos internamente são reconhecidos como despesas do período.

3.9. Contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

3.10. Provisões técnicas e teste de adequação de passivos: As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela Susep.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parte proporcional à vigência a decorrer dos prêmios de resseguro, calculada *pro rata die*, dos riscos em vigor, sendo determinada, para cada tipo de contrato, por informações ou estimativas, com os mesmos critérios usados para a apropriação dos prêmios.

A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para apurar a parcela dos prêmios não ganhos relativos aos contratos de resseguros não emitidos, de acordo com os critérios estabelecidos em Nota Técnica Atuarial, pela Circular Susep nº 517/2015 e alterações posteriores.

A provisão de excedentes técnicos (PET) é constituída de acordo com os critérios estabelecidos em cláusulas específicas dos contratos de resseguro que tem previsão para participação das Cedentes nos lucros do contrato.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros ocorridos e avisados com base em estimativa das indenizações informadas pelas Cedentes até a data do balanço.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída com base em cálculos atuariais que consideram a sinistralidade final esperada deduzida dos sinistros já avisados até a data do balanço.

A provisão de despesas relacionadas (PDR-IBNR) é constituída pelos valores das despesas esperadas relacionadas com os sinistros ocorridos, mas que ainda não foram avisados.

Os passivos de retrocessão são compostos por prêmios devidos, consistentes com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos.

Conforme o CPC - 11, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguro deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguro.

O teste de adequação de passivos (TAP) foi elaborado de acordo com as disposições da Circular Susep nº 517/2015, e englobou os contratos de resseguros vigentes na data-base de 30 de junho de 2016. O resultado do teste é a diferença entre o saldo contábil das provisões técnicas e o valor das estimativas dos fluxos de caixa futuros das obrigações relacionadas aos riscos vigentes, ambos na data-base. O resultado negativo apurado significa uma insuficiência das provisões técnicas, que deve ser constituída como provisão complementar de cobertura (PCC), no caso de sinistros a ocorrer, ou complementam o saldo da própria provisão que apresentar a insuficiência, no caso de sinistros ocorridos.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente com base na estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), divulgada pela Susep para cada indexador contratual.

O resultado do teste de adequação de passivos demonstrou que as provisões atuais são suficientes para honrar todas as obrigações relacionadas aos contratos vigentes em 30 de junho de 2016. Não há, portanto,

necessidade da constituição da provisão complementar de cobertura (PCC), referente a eventuais insuficiências da PPNG, ou de se complementar o saldo das demais provisões.

3.11. Imposto de renda e contribuição social: De acordo com a Lei nº 13.169/2015, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, passou a vigorar com alíquota de 20% entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A Resseguradora aplicou a majoração de 5% da CSLL, em seus créditos tributários de diferenças temporárias, tributos diferidos e bases negativas da CSLL.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e os diferidos. Os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados mensalmente e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12. PIS e COFINS: As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. Devido a grande volatilidade da taxa de câmbio no semestre, a Companhia optou pelo regime de caixa para a tributação do Pis e Cofins sobre as receitas financeiras auferidas, onde recalculou as bases do período de janeiro a maio de 2016 (nota 7.1.a).

3.13. Tributos diferidos: Tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para a compensação dos tributos. São reconhecidos também, ativos de tributos diferidos sobre adições temporárias, decorrentes de ajuste entre resultado contábil e fiscal. Julgamento profissional é necessário para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros.

4. Disponível

	30/06/2016	31/12/2015
Caixa	8	7
Bancos	2.126	984
Conta Corrente	112	205
Conta Corrente em Moeda Estrangeira (CCME)	2.014	779
Total	2.134	991

5. Aplicações Financeiras

5.1. Composição das aplicações

	<i>Rating</i>	Taxas de Juros Contratadas / Classificação ANBIMA	30/06/2016		31/12/2015	
			Valor	%	Valor	%
Títulos financeiros disponíveis para venda			102.049	74	96.800	74
Títulos Públicos - LFT			33.198	24	29.796	23
	AAA	100,1% Selic	33.198	24	29.796	23
Títulos Privados - Letras Financeiras			35.074	25	40.209	31
	AAA	100,4% a 112,4% CDI	20.726	14	4.391	3
	AA- a AA+	112,0% a 113,3% CDI	-		16.392	13
	A	112,7% a 119,0% CDI / CDI+1,1%	2.503	2	8.435	7
	BBB+	120,0% CDI	11.845	9	10.991	8
Títulos Privados - Debêntures			33.777	25	26.795	20
	AAA	105,2% a 109,5% CDI/ CDI+0,8%	2.524	2	7.532	6
	AA- a AA+	CDI+1,0% a +2,5%/108,5% a 118% CDI	28.944	21	19.263	14
	AA- a AA+	ICPA+9,0%	2.309	2	-	-
Títulos a valor justo por meio do resultado			35.816	26	34.639	26
Quotas de fundos de investimentos abertos			26.436	19	25.259	19
		Ações Ibovespa Ativo	2.879	2	-	
		Renda Fixa	2.845	2	7.140	5
		Multimercados MultiEstratégia	10.589	8	10.305	8
		Cambial	10.123	7	7.814	6
Ações - Companhia de capital fechado	A-		9.380	7	9.380	7
Total			137.865	100	131.439	100

Todos os fundos nos quais a Terra Brasis aplica seus recursos são fundos não exclusivos, com seus dados disponíveis para consulta pública, abertos para outros investidores (inclusive entidades não supervisionadas pela Susep) e sem prazo de vencimento.

5.2. Abertura por vencimento

	30/06/2016				31/12/2015			
	Sem Vencimento ou de até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	%	Sem Vencimento ou de até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	%
Quotas Fundos de Investimento Aberto	26.436	-	26.436	19	25.259	-	25.259	19
Ações	9.380	-	9.380	7	9.380	-	9.380	7
Títulos Públicos	33.198	-	33.198	24	3.155	26.641	29.796	23
LFT	33.198	-	33.198	24	3.155	26.641	29.796	23
Títulos Privados	32.306	36.545	68.851	50	19.878	47.126	67.004	50
Debêntures	5.325	28.452	33.777	25	-	26.795	26.795	20
Letras financeiras	26.981	8.093	35.074	25	19.878	20.331	40.209	31
Total	101.320	36.545	137.865	100	57.672	73.767	131.439	100

5.3. Demonstrativo do ajuste dos ao valor de mercado

	30/06/2016			31/12/2015		
	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor Justo/ Contábil	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor Justo/ Contábil
Títulos financeiros disponíveis para venda	102.013	36	102.049	96.795	5	96.800
Títulos Públicos - LFT	33.198	-	33.198	29.793	3	29.796
Títulos Privados - Letras Financeiras	35.132	(58)	35.074	40.130	79	40.209
Títulos Privados - Debêntures	33.683	94	33.777	26.872	(77)	26.795
Títulos a valor justo por meio do resultado	35.816	-	35.816	34.639	-	34.639
Quotas de fundos de investimentos abertos	26.436	-	26.436	25.259	-	25.259
Ações - Companhia de capital fechado	9.380	-	9.380	9.380	-	9.380
Total	137.829	36	137.865	131.434	5	131.439

5.4. Hierarquia de valor justo das aplicações financeiras

	30/06/2016			31/12/2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos Públicos - LFT	33.198	-	-	29.796	-	-
Títulos Privados - Letras Financeiras	-	35.074	-	-	40.209	-
Títulos Privados - Debêntures	-	33.777	-	-	26.795	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	26.436	-	-	25.259	-
Ações - Companhia de capital fechado	-	-	9.380	-	-	9.380
Total	33.198	95.287	9.380	29.796	92.263	9.380

O valor justo das quotas de fundos de investimento financeiro foi estimado como sendo o valor patrimonial divulgado pelos Administradores dos fundos de investimento, nos quais a Terra Brasis aplica seus recursos. Os instrumentos financeiros estão registrados na carteira dos fundos de investimento. A Terra Brasis não opera diretamente com derivativos. Os fundos de investimentos são classificados como Nível 2 e podem usar

derivativos dentro da sua estratégia de investimento (vide nota 3.2.c). As ações de companhia de capital fechado estão classificadas em Nível 3 e contabilizadas a preço de custo.

5.5. Movimentações das aplicações financeiras

	01/01/2016	01/01/2015
	a 30/06/2016	a 30/06/2015
Saldo Inicial	131.439	111.633
Aplicações	83.969	22.658
Resgates	(83.202)	(21.900)
Rendimentos	5.623	8.287
Ajuste a valor de mercado	36	-
Saldo Final	137.865	120.678

5.6 Desempenho: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos certificados de depósitos interbancários (CDI). Excluindo as aplicações em fundo cambial, usado para o *hedge* dos passivos financeiros em moeda estrangeira, o desempenho dos demais ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos atingiu 6,52% no semestre, representando aproximadamente 97% do CDI que foi de 6,66% no semestre. No mesmo período de 2015 atingiu 6,29%, representando 106% do CDI que foi de 5,87% no semestre. Devido a forte apreciação da moeda brasileira em 2016, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos, incluindo o fundo cambial, atingiu 4,07% no acumulado de janeiro a junho de 2016, representando aproximadamente 60% do CDI que foi de 6,66% no semestre. No mesmo período de 2015 atingiu 6,68%, representando 113% do CDI que foi de 5,87% no semestre.

6. Créditos e Débitos de Operações com Seguros e Resseguros

6.1. Composição

Grupo	Créditos de operações		Débitos de operações	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Patrimonial	24.302	24.906	14.104	13.620
Riscos Especiais	646	533	446	263
Responsabilidades	1.225	1.803	423	777
Automóvel	167	33	(31)	(43)
Transportes	4.742	5.456	2.204	2.482
Riscos Financeiros	6.920	10.315	4.971	7.959
Pessoas Coletivo	1.118	294	599	130
Habitacional	35	33	464	222
Rural	1.570	2.792	5	1.246
Outros ^(*)	2.323	1.410	131	129
Marítimos	1.495	2.379	112	181
Aeronáuticos	390	581	77	124
Total	44.933	50.535	23.505	27.090

(*) Referem-se integralmente a aceitações de riscos originados no exterior, ramo 1279 – Seguros no Exterior.

6.1.a. Movimentações dos créditos das operações de seguros e resseguros

	<u>01/01/2016 a 30/06/2016</u>	<u>01/01/2015 a 30/06/2015</u>
Saldo inicial	50.535	42.565
Pêmios Emitidos	41.914	42.189
Varição da RVNE	(1.438)	1.876
Recebimento	(45.479)	(46.339)
Oscilação Cambial	(872)	349
Recuperação de Sinistro	273	242
Saldo Final	<u>44.933</u>	<u>40.882</u>

6.1.b. Movimentações dos débitos das operações de seguros e resseguros

	<u>01/01/2016 a 30/06/2016</u>	<u>01/01/2015 a 30/06/2015</u>
Saldo inicial	27.090	25.412
Prêmios de Retrocessão Emitidos	25.115	29.390
Varição da RVNE	(1.330)	1.647
Corretagem	86	1.013
Pagamentos	(27.321)	(31.695)
Oscilação Cambial	(135)	73
Saldo Final	<u>23.505</u>	<u>25.840</u>

6.2. Fluxo de realização de recebimento e pagamento**6.2.a. Prazos de recebimento:**

	<u>30/06/2016</u>			<u>31/12/2015</u>		
	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos</u>	<u>Total</u>	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos</u>	<u>Total</u>
Sem Vencimento ^(*)	15.440	-	15.440	18.297	-	18.297
1 a 30 dias	16.742	2.838	19.580	20.816	1.308	22.124
31 a 60 dias	1.056	133	1.189	1.970	424	2.394
61 a 120 dias	3.141	153	3.294	2.418	126	2.544
121 a 180 dias	1.870	116	1.986	1.852	47	1.899
181 a 365 dias	3.365	79	3.444	3.251	2	3.253
acima 365 dias	-	-	-	24	-	24
Total	<u>41.614</u>	<u>3.319</u>	<u>44.933</u>	<u>48.628</u>	<u>1.907</u>	<u>50.535</u>

(*) Estimativa dos prêmios dos contratos automáticos proporcionais para os quais ainda não foram recebidas as prestações de contas elaboradas pelas Cedentes. Desta forma, não há uma data efetiva para o recebimento e, portanto, são classificados como sem vencimento.

Os valores classificados como vencidos, refere-se a contas técnicas cuja negociações estão em discussão.

6.2.b. Prazos de pagamento:

	30/06/2016			31/12/2015		
	Vincendos	Vencidos	Total	Vincendos	Vencidos	Total
Sem Vencimento ^(*)	7.990	-	7.990	10.896	-	10.896
1 a 30 dias	11.303	184	11.487	10.983	288	11.271
31 a 60 dias	289	19	308	2.602	66	2.668
61 a 120 dias	1.722	127	1.849	412	11	423
121 a 180 dias	844	15	859	801	6	807
181 a 365 dias	937	75	1.012	996	8	1.004
acima 365 dias	-	-	-	21	-	21
Total	23.085	420	23.505	26.711	379	27.090

(*) Estimativa dos prêmios dos contratos automáticos proporcionais de retrocessão para os quais ainda não foram recebidas as prestações de contas elaboradas pelas Cedentes correspondentes aos contratos de resseguros aceitos. Desta forma, não há uma data efetiva para o pagamento e, portanto, são classificados como sem vencimento.

Os valores classificados como vencidos, refere-se a contas técnicas cuja negociações estão em discussão.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social**7.1.a Créditos tributários**

	31/12/2015	Constituições	Baixas	Atualizações	30/06/2016
Circulante	1.721	378	(1.200)	16	915
Antecipações de imposto de renda	1.068	-	(740)	-	328
Antecipações de contribuição social	653	-	(460)	-	193
Créditos de pis e cofins (*)	-	378	-	16	394
Não circulante	5.053	282	(136)	-	5.198
Créditos de imposto de renda prejuízo fiscal	2.813	-	(39)	-	2.774
Créditos de imposto de renda ajustes temporários	13	78	-	-	91
Créditos de contribuição social base negativa	2.181	38	-	-	2.219
Créditos de contribuição social ajustes temporários	11	62	-	-	73
IR e CS Ajuste de valor a mercado	35	104	(98)	-	41
Total	6.774	660	(1.337)	16	6.113

(*) Durante o primeiro semestre de 2016, a Companhia mudou o regime de tributação do Pis e da Cofins sobre as receitas financeiras de oscilações cambiais do regime de competência para o regime de caixa. A mudança foi fundamentada no Decreto nº 8.451 de 19 de maio de 2015, que permite, em casos de elevação da taxa cambial dentro do próprio mês, quando superior a 10%. A Companhia ajustou as bases de cálculo para o regime de caixa no período de janeiro a maio de 2016 e os efeitos na linha de resultado com impostos foi de R\$ 323 mil para a Cofins e R\$ 55 mil para o Pis.

7.1.b Constituição e compensação dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ano de constituição/compensação	Base de cálculo	Constituição e compensação do crédito tributário		
		CSLL	IRPJ	Total
Anterior a 2015	6.526	1.163	1.939	3.102
2015	4.568	1.018	874	1.892
2016		38	(39)	(1)
Total		2.219	2.774	4.993

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 10.023 (R\$ 11.252 em 31 de dezembro de 2015). Os créditos foram ativados com base em projeção de lucros tributáveis futuros e a Companhia estima que esses créditos, serão realizados até 2018, sendo: (i) Imposto de Renda: R\$ 1.178 mil em 2016, R\$ 1.238 mil em 2017 e R\$ 664 mil em 2018 e (ii) Base Negativa: R\$ 943 mil em 2016, R\$ 990 mil em 2017 e R\$ 531 mil em 2018.

7.2. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2016		30/06/2015	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Lucro antes dos impostos e após participações	5.719	5.719	1.533	1.533
Adições permanentes	104	104	22	22
Adições/exclusões temporárias	(1.728)	(1.728)	-	-
(=) Lucro antes das compensações	4.095	4.095	1.555	1.555
Compensação prejuízo fiscal / base negativa	(1.229)	(1.229)	(467)	(467)
(=) Lucro após as compensações	2.867	2.867	1.089	1.089
Tributos calculados pelas alíquotas nominais	705	573	265	163
Deduções incentivos PAT	(18)	-	-	-
IRPJ/CSLL Diferidos	472	308	117	70
Compensação prejuízo fiscal / base negativa	307	246	117	70
Constituição de crédito tributário	165	62	-	-
(=) Total das despesas de IR e CS	1.159	881	382	233
Alíquota efetiva (%)	20%	15%	25%	15%

8. Transações com Partes Relacionadas

8.1. A Terra Brasis realiza investimentos em fundos abertos geridos pela Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda. empresa ligada aos acionistas controladores. Os investimentos da Terra Brasis não são relevantes em relação ao patrimônio desses fundos.

8.2. A remuneração global do pessoal-chave da Administração no semestre foi de R\$ 1.225 (R\$ 1.218 em 2015) que compreende substancialmente pró-labore.

9. Depósitos de Terceiros

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2015</u>
De 1 a 30 dias	203	254
De 31 a 60 dias	176	3
De 61 a 120 dias	28	12
De 121 a 180 dias	26	8
De 181 a 365 dias	2	1
Total	<u>435</u>	<u>278</u>

10. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado e Exigência de Capital

	30/06/2016	31/12/2015
Patrimônio Líquido	101.128	97.198
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(35)	(11)
Créditos tributários	(4.993)	(4.994)
Ativos intangíveis	(300)	(347)
a. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	<u>95.800</u>	<u>91.846</u>
b. Capital Base	<u>60.000</u>	<u>60.000</u>
c. Capital de Risco	<u>20.923</u>	<u>16.340</u>
Parcela Baseada no Risco de Subscrição	11.560	6.898
Parcela Baseada no Risco de Crédito	11.799	11.049
Benefício da Diversificação	(3.129)	(2.267)
Parcela Baseada no Risco Operacional	693	660
d. Capital Mínimo Requerido (max[b,c])	<u>60.000</u>	<u>60.000</u>
e. Suficiência de Capital (a - d)	<u>35.800</u>	<u>31.846</u>
Suficiência de Capital (d/e)	60%	53%

11. Provisões Técnicas e Custos de Aquisição Diferidos

11.1 Resseguros e retrocessões aceitas

30/06/2016	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões		Total
	Emitidos	RVNE	Comissão a cedente	IBNR	IBNER	Avisados	PET	PDR-IBNR	
Grupo									
Patrimonial	25.458	6.129	(4.402)	-	-	61.674	64	-	88.923
Riscos especiais	431	103	(78)	2.192	18	765	-	9	3.440
Responsabilidades	2.037	533	(207)	2.811	65	3.028	18	12	8.297
Automóvel	128	30	(24)	195	3	222	4	1	559
Transportes	6.753	1.755	(723)	638	241	6.129	136	3	14.932
Riscos financeiros	17.618	3.126	(6.877)	1.437	105	2.417	296	6	18.128
Pessoas coletivo	120	35	-	623	22	368	342	3	1.513
Habitacional	5	1	(2)	81	3	43	64	-	195
Rural	1.054	227	(275)	-	-	1.195	-	-	2.201
Outros	2.243	467	(633)	-	-	2.240	36	-	4.353
Marítimos	2.014	586	(2)	2.081	54	1.551	1	9	6.294
Aeronáuticos	394	100	(51)	-	-	444	6	-	893
Total	58.255	13.092	(13.274)	10.058	511	80.076	967	43	149.728

31/12/2015	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões		Total
	Emitidos	RVNE	Comissão a cedente	IBNR	IBNER	Avisados	PET	PDR-IBNR	
Grupo									
Patrimonial	28.044	6.740	(4.904)	3.230	-	52.132	45	-	85.287
Riscos especiais	637	160	(88)	2.475	24	2	-	11	3.221
Responsabilidades	2.548	664	(248)	3.389	50	1.009	12	14	7.438
Automóvel	5	1	-	195	5	192	3	1	402
Transportes	5.529	1.509	(344)	-	-	5.714	106	-	12.514
Riscos financeiros	20.537	3.683	(7.884)	433	99	2.303	207	2	19.380
Pessoas coletivo	86	25	-	450	18	96	249	2	926
Habitacional	8	1	(3)	57	5	80	57	-	205
Rural	3.104	653	(861)	-	-	354	-	-	3.250
Outros	1.198	282	(231)	445	10	-	5	1	1.710
Marítimos	2.362	686	(5)	(9)	57	3.098	-	1	6.190
Aeronáuticos	470	126	(36)	-	-	441	-	-	1.001
Total	64.528	14.530	(14.604)	10.665	268	65.421	684	32	141.524

Obs: RVNE: Riscos Vigentes Não Emitidos; Comissão: Comissão da Cedente; IBNR: Sinistros Ocorridos e Não Avisados ("Incurred But Not Reported"); IBNER: Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados ("Incurred But Not Enough Reported"); PET: Provisão de Excedentes Técnicos; PDR-IBNR: Provisão de Despesas Relacionadas de IBNR.

11.2. Retrocessões cedidas

30/06/2016	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões		Total
	Emitidos	RVNE	Comissão a cedente	IBNR	IBNER	Avisados	PET	PDR-IBNR	
Patrimonial	15.503	3.518	(3.645)	20	-	39.328	35	-	54.759
Riscos especiais	311	91	(119)	1.203	6	653	-	4	2.149
Responsabilidades	660	192	(73)	1.267	37	945	-	7	3.035
Automóvel	-	-	-	86	(1)	5	-	1	91
Transportes	4.070	1.191	(600)	449	151	4.665	-	(10)	9.916
Riscos financeiros	13.553	3.942	(7.506)	873	73	59	34	12	11.040
Pessoas Coletivo	122	18	(3)	427	8	149	187	2	910
Habitacional	1	240	(10)	6	-	12	1	-	250
Rural	377	109	(154)	-	-	876	-	-	1.208
Outros	15	5	(6)	-	-	-	2	-	16
Marítimos	-	-	-	29	-	-	-	-	29
Aeronáuticos	28	8	(8)	-	-	70	-	-	98
Total	34.640	9.314	(12.124)	4.360	274	46.762	259	16	83.501

31/12/2015	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões		Total
	Emitidos	RVNE	Comissão a cedente	IBNR	IBNER	Avisados	PET	PDR-IBNR	
Patrimonial	15.494	3.776	(3.553)	823	1	31.716	32	-	48.289
Riscos especiais	351	77	(109)	1.335	9	2	-	6	1.671
Responsabilidades	924	259	(79)	1.384	19	461	-	5	2.973
Automóvel	(59)	(11)	25	110	3	2	-	1	71
Transportes	1.608	551	195	-	-	4.095	-	-	6.449
Riscos financeiros	16.597	2.942	(7.186)	245	70	2	12	8	12.690
Pessoas Coletivo	-	-	-	340	11	18	168	1	538
Habitacional	2	-	(1)	4	-	17	-	-	22
Rural	1.795	366	(579)	-	-	170	-	-	1.752
Outros	10	2	(3)	1	-	-	-	-	10
Marítimos	-	-	-	(1)	1	-	-	-	-
Aeronáuticos	75	22	(21)	-	-	84	-	-	160
Total	36.797	7.984	(11.311)	4.241	114	36.567	212	21	74.625

Obs: RVNE: Riscos Vigentes Não Emitidos; Comissão: Comissão da Cedente; IBNR: Sinistros Ocorridos e Não Avisados ("Incurred But Not Reported"); IBNER: Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados ("Incurred But Not Enough Reported"); PET: Provisão de Excedentes Técnicos; PDR-IBNR: Provisão de Despesas Relacionadas de IBNR

11.3 . Movimentação das Provisões Técnicas

Provisões de Prêmio	PPNG	RVNE	PET	Total Provisão de Prêmio
Saldo em 1º de janeiro de 2016	49.924	14.530	684	65.138
Prêmio Emitido no Período	38.746	1.730	-	40.476
Prêmio Ganho no Período	(43.544)	(1.730)	-	(45.274)
Variação da Estimativa	(145)	(1.438)	283	(1.300)
Saldo em 30 de junho de 2016	44.981	13.092	967	59.040

Provisões de Sinistro	IBNR	PDR IBNR	IBNER	PSL	Total Provisão de Sinistro
Saldo em 1º de janeiro de 2016	10.665	32	268	65.421	76.386
Variação da Estimativa	(607)	11	-	-	(596)
Oscilação Cambial	-	-	-	(5.037)	(5.037)
Movimento Sinistros Avisados	-	-	243	37.550	37.793
Sinistros Pagos no Período	-	-	-	(17.858)	(17.858)
Saldo em 30 de junho de 2016	10.058	43	511	80.076	90.688

11.4 . Custos de aquisição diferidos

Grupo	01/01/2016 a 30/06/2016				
	Corretagem				
	Saldo Inicial	Consti- tuição	Diferi- mento	Oscilação Cambial	Saldo Final
Patrimonial	892	704	(780)	(17)	799
Riscos Especiais	18	4	(15)	(1)	6
Responsabilidades	131	72	(87)	-	116
Automóvel	2	12	(8)	-	6
Transportes	216	105	(157)	(17)	147
Riscos Financeiros	71	30	(42)	-	56
Pessoas Coletivo	4	8	(11)	-	1
Rural	19	10	(18)	-	11
Outros	110	172	(144)	(27)	113
Marítimos	237	133	(144)	(35)	192
Aeronáuticos	44	19	(25)	(7)	31
Total	1.744	1.269	(1.430)	(105)	1.478

Para carteira atual de negócios, o prazo inicial médio de diferimento é de 13 meses e o máximo de 51 meses.

11.5. Desenvolvimento de sinistros**11.5.a - Tabela de desenvolvimento de sinistros a liquidar - bruto de retrocessões**

O quadro de desenvolvimento de sinistros ilustra a evolução dos avisos de sinistros recebidos pela Terra Brasis para cada ano de subscrição dos contratos. Partindo do ano em que o contrato de resseguro foi subscrito, a parte superior do quadro demonstra a evolução dos avisos de sinistros no decorrer dos anos. O montante avisado varia à medida que informações mais atualizadas são obtidas através de dados enviados pelas cedentes sobre contratos subscritos. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis na data-base dessas demonstrações financeiras intermediárias.

	Ano de Subscrição					Total
	2012	2013	2014	2015	2016	
Montante avisado de sinistros						
No ano de subscrição	-	5.592	3.502	15.495	731	731
Um ano após o ano de subscrição	495	17.782	45.163	26.224	-	26.224
Dois anos após o ano de subscrição	1.686	32.106	68.674	-	-	68.674
Três anos após o ano de subscrição	1.640	34.992	-	-	-	34.992
Quatro anos após o ano de subscrição	1.169	-	-	-	-	1.169
Posição em 30/06/2016	1.169	34.992	68.674	26.224	731	131.790
Montante sinistros pagos						
No ano de subscrição	-	(391)	(239)	(125)	(400)	(400)
Um ano após o ano de subscrição	(4)	(6.437)	(10.764)	(2.496)	-	(2.496)
Dois anos após o ano de subscrição	(582)	(22.116)	(22.729)	-	-	(22.729)
Três anos após o ano de subscrição	(850)	(25.108)	-	-	-	(25.108)
Quatro anos após o ano de subscrição	(981)	-	-	-	-	(981)
Posição em 30/06/2016	(981)	(25.108)	(22.729)	(2.496)	(400)	(51.714)
Saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) em 30/06/2016	188	9.884	45.945	23.728	331	80.076
IBNER						511

11.5.b - Tabela de desenvolvimento de sinistros a liquidar - líquido de retrocessões

	Ano de Subscrição					Total
	2012	2013	2014	2015	2016	
Montante avisado de sinistros						
No ano de subscrição	-	4.323	2.432	3.642	731	731
Um ano após o ano de subscrição	364	10.719	22.771	11.149	-	11.149
Dois anos após o ano de subscrição	1.290	15.962	28.627	-	-	28.627
Três anos após o ano de subscrição	1.262	17.341	-	-	-	17.341
Quatro anos após o ano de subscrição	783	-	-	-	-	783
Posição em 30/06/2016	783	17.341	28.627	11.149	731	58.631
Montante sinistros pagos						
No ano de subscrição	-	(259)	(148)	(87)	(400)	(400)
Um ano após o ano de subscrição	(2)	(3.955)	(6.057)	(1.759)	-	(1.759)
Dois anos após o ano de subscrição	(360)	(10.515)	(10.545)	-	-	(10.545)
Três anos após o ano de subscrição	(537)	(11.948)	-	-	-	(11.948)
Quatro anos após o ano de subscrição	(668)	-	-	-	-	(668)
Posição em 30/06/2016	(668)	(11.948)	(10.545)	(1.759)	(400)	(25.320)
Saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) em 30/06/2016	115	5.393	18.082	9.390	331	33.311
IBNER						238

12. Cobertura das Provisões Técnicas

A Companhia mantém vinculadas em garantia das provisões técnicas quotas de fundos de investimento, títulos públicos e títulos privados no montante de R\$ 83.310, quantia superior à necessidade de cobertura de R\$ 54.605, calculada conforme Resolução CNSP nº 226/2010 (Artigo 13, alterado pela Resolução CNSP nº 277/2013).

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisões técnicas	149.728	141.524
Cobertura de 20% do Capital de Risco	4.185	3.268
Ativo de resseguro	(69.273)	(40.806)
Direitos Creditórios	(25.754)	(32.487)
Montante a ser garantido	58.886	71.499
Quotas de fundos de investimentos abertos	4.790	18.987
Títulos públicos	33.197	28.803
Títulos privados	45.323	66.975
Garantia das provisões técnicas	83.310	114.765
Suficiência	24.424	43.266

13. Grupos de Ramos de Atuação

13.1 . Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de retenção são:

	<u>Prêmio emitido</u>		<u>Prêmio cedido retrocessão</u>		<u>Percentual de retenção</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Patrimonial	21.472	19.656	14.805	14.570	31,0	25,8
Riscos especiais	162	(227)	182	(182)	(12,3)	19,8
Responsabilidades	2.015	1.996	1.095	375	45,6	81,2
Automóvel	234	275	6	205	97,4	25,4
Transportes	10.115	8.683	8.099	6.426	19,9	25,9
Riscos financeiros	669	8.758	(454)	7.170	167,9	18,1
Pessoas coletivo	1.107	782	602	472	45,6	39,6
Habitacional	95	219	242	73	(157,7)	66,6
Rural	(157)	2.097	(464)	1.837	(195,5)	12,4
Outros	2.994	532	13	-	99,5	100,0
Marítimos	1.521	1.024	-	(25)	100,0	102,4
Aeronáuticos	249	270	(18)	116	107,2	57,0
Total	40.476	44.065	24.108	31.037	40,4	29,5

13.2. Prêmios ganhos

Os prêmios ganhos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e de corretagem são:

Grupo	Prêmio ganho		Sinistralidade %		Corretagem %	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Patrimonial	23.976	15.244	73,7	94,3	3,2	3,6
Riscos especiais	381	782	144,1	71,9	4,0	6,5
Responsabilidades	2.592	1.621	65,0	65,0	3,3	4,7
Automóvel	106	253	75,0	55,5	7,2	2,3
Transportes	8.800	8.100	93,2	74,8	1,7	1,6
Riscos financeiros	3.037	2.609	45,0	39,6	1,4	1,0
Pessoas coletivo	969	710	60,0	62,0	1,0	0,8
Habitacional	90	205	35,0	26,7	-	-
Rural	1.733	681	102,5	45,6	1,0	0,7
Outros	1.748	49	163,2	75,0	8,2	14,6
Marítimos	1.556	1.738	124,8	25,3	9,2	9,2
Aeronáuticos	287	285	157,1	78,0	8,7	5,2
Total	45.274	32.277	82,1	76,6	3,1	3,2

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital social: O capital social subscrito e totalmente integralizado está representado por 100.650.000 (cem milhões, seiscentos e cinquenta mil) de ações ordinárias sem valor nominal.

Em 04 de fevereiro de 2016, a Pama Holding Participações e Investimentos Ltda, subscreveu na Terra Brasis Resseguros, 200.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de R\$ 272 (duzentos e setenta e dois mil reais), autorizada por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data e homologado pela Susep em 02 de março de 2016.

14.2. Reserva de capital: Refere-se a contribuições espontâneas efetuadas pelos acionistas para reforço do patrimônio líquido.

14.3. Reserva legal: É constituída ao final de cada exercício social em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital. Em função da Companhia possuir prejuízos acumulados até o encerramento do exercício de 2015, nenhuma reserva legal foi constituída neste semestre.

14.4. Dividendos: São assegurados aos acionistas, ao final de cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido anual ajustado, de acordo com a Lei das Sociedade por Ações.

14.5. Ações em tesouraria: Em 30 de junho de 2016 a Terra Brasis possui em tesouraria 865.182 (oitocentos e sessenta e cinco mil, cento e oitenta e duas) ações pelo valor de R\$ 356 (trezentos e cinquenta e seis mil).

15. Políticas de Gerenciamento de Riscos

A Terra Brasis possui um sistema interno de gerenciamento de riscos, fundamentado na gestão integrada de cada um dos processos de negócios, na adequação do nível de risco a objetivos preestabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos envolve todas as camadas organizacionais da Companhia desde a alta administração até as diversas áreas de negócios, na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

15.1. Risco de subscrição: Risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas associadas às bases técnicas e atuariais para cálculo de prêmios e provisões técnicas, decorrentes das operações. Para padronizar e garantir a qualidade dos riscos assumidos foram criados Guias de Subscrição (*Guidelines*) para cada linha de negócio. A adequação às normas destes guias é verificada continuamente e alterações são feitas sempre que necessário.

A retenção máxima por risco, dependendo do ramo de negócio, foi definida entre 1,5% a 4,5% do capital da Terra Brasis. Contratos de retrocessão foram firmados para certas linhas de negócio, reduzindo a volatilidade esperada do resultado da carteira.

Esforço significativo é dado ao controle de possíveis acúmulos. Dentre as maiores fontes de acúmulo, monitora-se, o máximo possível, a exposição da Terra Brasis a possíveis negócios de cosseguros existentes entre Cedentes com as quais a Terra Brasis participa de contratos de resseguros e para o ramo Seguro Garantia, pertencente ao grupo Riscos Financeiros, realiza-se um controle constante do acúmulo por tomador.

15.2. Risco de crédito: Risco de crédito é definido como o risco de uma contraparte não cumprir com uma obrigação perante a Terra Brasis. A política interna de investimento prevê diretrizes quanto à exposição a risco de crédito e seu cumprimento é periodicamente monitorada pelo Comitê de Investimento. O gerenciamento dos riscos de crédito referente aos emissores dos títulos que compõem o portfólio de investimentos é efetuado pelos gestores da carteira e dos fundos de investimentos. Para mitigar os riscos de inadimplência nos recebíveis de retrocessão, o painel de retrocessionárias é composto por companhias com rating corporativo de alto nível. A tabela a seguir apresenta a cessão de retrocessão, não incluindo RVNE e líquido de comissão, distribuída por rating de crédito e tipo de resseguradora.

01/01/2016 a 30/06/2016								
Rating	Local		Admitida		Eventual		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
A+	-	-	1.461	5,8	-	-	1.461	5,8
A	-	-	20.360	81,1	2.293	9,2	22.653	90,3
A-	-	-	-	-	989	3,9	989	3,9
B++	12	0,0	-	-	-	-	12	0,0
	12	0,0	21.821	86,9	3.282	13,1	25.115	100,0

01/01/2015 a 30/06/2015								
Rating	Local		Admitida		Eventual		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	20	0,1	2.860	7,5	-	-	2.880	7,6
A+	-	-	2.858	7,5	-	-	2.858	7,5
A	-	-	31.704	83,5	544	1,4	32.248	84,9
	20	0,1	37.422	98,5	544	1,4	37.986	100,0

(*) Classificados conforme a agência A.M. Best, e caso necessário Standard & Poor's

15.3. Risco de liquidez: Risco de liquidez é definido como a possibilidade de ocorrência de dificuldades no cumprimento de compromissos financeiros nos prazos e valores requeridos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Em 30 de junho de 2016 R\$ 128.485, o equivalente a 93% do portfólio de investimento encontrava-se aplicado em ativos que permitem resgate em até três dias (D+3).

15.4. Risco operacional: Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Companhia vem implementando ajustes na sua estrutura, políticas e procedimentos operacionais em linha com os conceitos gerais divulgados pelo CNSP e Susep na Resolução CNSP nº 283 e na Circular Susep nº 517.

15.5. Risco de mercado: Risco de mercado é definido como o risco de perdas financeiras resultante de mudanças nos preços e taxas do mercado financeiro.

Para os ativos da carteira de investimento, este risco é mensurado por uma metodologia de *Value at Risk* (*VaR*) paramétrico consolidado. Observando histórico de um ano da carteira de investimentos, em 30 de junho de 2016, para um nível de confiança de 97,5%, o potencial de perda máxima diária da Terra Brasis é estimado em R\$ 210, o correspondente a 0,16% da carteira de investimentos.

Para o gerenciamento do risco cambial, a Terra Brasis executa avaliações mensais dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira e utiliza investimentos em fundos cambiais para minimizar o descasamento de moedas. Em 30 de junho de 2016 a Resseguradora possuía exposição somente ao dólar americano, com total de ativos vinculados a esta moeda em valor de US\$ 11,489, equivalente a R\$ 36,877, total de passivos em valor de US\$ 11.949, equivalente a R\$ 38.354, resultando em exposição líquida passiva de US\$ 460, valor equivalente a R\$ 1.477. Em 31 de dezembro de 2015 a Resseguradora possuía exposição somente ao dólar americano, com total de ativos vinculados a esta moeda em valor de US\$ 8.599, equivalente a R\$ 33.576, total de passivos em valor de US\$ 9.977, equivalente a R\$ 38.959, resultando em exposição líquida passiva de US\$ 1.378, valor equivalente a R\$ 5.383.

15.6. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade têm por objetivo avaliar o impacto no resultado decorrente de variações nas premissas atuariais e de mercado.

Uma análise de sensibilidade foi realizada nos resultados do teste de adequação de passivos e consistiu em medir os impactos da variação da sinistralidade no teste na suficiência das provisões técnicas, considerando os fluxos financeiros de prêmios efetivos e prêmios estimados. Não houve comprometimento da suficiência das provisões. Apresentamos as variações relativas apenas para avaliação e referência, uma vez que as alterações das premissas atuariais não comprometeram a suficiência das provisões técnicas. Alguns resultados da análise de sensibilidade feitos em junho de 2016 e 2015 estão apresentados abaixo.

	30/06/2016			30/06/2015		
	Impacto	% do Resultado	% do PLA	Impacto	% do Resultado	% do PLA
Efeito Bruto de Retrocessão						
Sinistralidade 10% maior	(3.270)	(88,9)%	(3,4)%	(3.515)	(131,2)%	(3,7)%
Sinistralidade 10% menor	3.230	87,8%	3,4%	3.516	131,2%	3,7%
Efeito Líquido de Retrocessão						
Sinistralidade 10% maior	(1.896)	(51,5)%	(2,0)%	(1.178)	43,9%	(1,2)%
Sinistralidade 10% menor	1.857	50,5%	1,9%	1.180	44,0%	1,2%

Uma análise de sensibilidade foi realizada para a carteira de investimento através de cálculos de estresses nas posições de fechamento da data-base. O teste constituiu-se de variação na taxa de câmbio, taxas de juros, ações e inflação. As premissas do teste e resultados estão apresentadas abaixo.

- Estrutura a termo da curva de IPCA: Variação de 300 pontos base ou 3% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo.
- Índice Bovespa: Variação de 10% no Índice.
- Câmbio: variação de 10% na taxa de Câmbio.

Fatores de Risco	Cenário A		Cenário B	
	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos
Câmbio	10%	1.008	(10)%	(1.008)
Ações (Ibovespa)	(10)%	(40)	10%	40
Inflação	300bps	(206)	-300bps	235

16. Detalhamento das Contas de Resultado

	30/06/2016	30/06/2015
a. Prêmios:		
1 Resseguro aceito	44.372	51.290
2 Retrocessão aceita	(109)	712
3 Resseguro e Retrocessão aceito do Exterior	3.709	147
4 RVNE	(1.438)	1.876
5 Comissão da cedente	(6.058)	(9.960)
Total prêmios emitidos	40.476	44.065
6 Variação das provisões	4.798	(11.788)
Total prêmios ganhos	45.274	32.277
b. Sinistros incorridos:		
1 Sinistros avisados	(37.793)	(23.614)
2 Variação provisão sinistros ocorridos mas não avisados	596	(1.123)
Total	(37.197)	(24.737)
c. Custo de aquisição:		
1 Constituição dos custos de aquisição	(1.269)	(1.013)
2 Variação dos custos de aquisição	(161)	(30)
Total	(1.430)	(1.043)
d. Outras receitas e despesas operacionais:		
1 Outras receitas (despesas) operacionais	(15)	3
Total	(15)	3
e. Resultado com operações de retrocessão		
1 Retrocessão cedida	(27.841)	(38.331)
2 RVNE cedido	(1.330)	(1.647)
3 Comissão recebida da retrocessionária	2.726	8.941
4 Variação das provisões de prêmio	839	11.742
Total despesa com retrocessão	(25.606)	(19.295)
5 Sinistros avisados recuperados da retrocessionária	9.590	5.392
6 Variação sinistros avisados mas não cobrados	13.807	8.564
Total receita com retrocessão	23.397	13.956
Total	(2.209)	(5.339)
f. Despesas administrativas		
1 Despesas com Pessoal	(3.734)	(3.639)
2 Serviços de Terceiros	(1.139)	(574)
3 Localização e Funcionamento	(829)	(678)
4 Publicações Legais, Representações e Publicidade	(475)	(258)
5 Outras Despesas	(212)	(51)
Total	(6.389)	(5.200)
g. Despesas com tributos		
1. Impostos Federais (Incidentes s/ retrocessão e outros)	(601)	(734)
2. Impostos Estaduais e Municipais	(43)	(36)
3. COFINS	(864)	(563)
4. PIS	(140)	(91)
5. Taxa de Fiscalização Susep	(202)	(146)
6. Contribuição Sindical	(35)	(112)
Total	(1.885)	(1.682)

16. Detalhamento das Contas de Resultado (continuação)

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
h. Resultado financeiro		
Receitas:		
Ativos Livres		
1. Títulos de Renda Variável	2.163	1.100
2. Títulos Privados de Renda Fixa	2.113	2.279
3. Títulos Públicos de Renda Fixa	67	239
4. Quotas de Fundos de Investimento Cambiais	215	576
5. Quotas de Outros Fundos de Investimento	418	1.043
Ativos Vinculados		
6. Títulos Privados de Renda Fixa	3.244	1.677
7. Títulos Públicos de Renda Fixa	1.917	1.193
8. Quotas de Fundos de Investimento Cambiais	466	103
9. Quotas de Outros Fundos de Investimento	426	76
10. Oscilação Cambial	12.258	2.232
11. Receitas Eventuais	73	6
Total receitas	<u>23.360</u>	<u>10.524</u>
Despesas:		
12. Oscilação Cambial	(10.389)	(3.122)
13. Despesa Quotas de Fundos de Investimento Cambiais	(2.923)	-
14. Despesa Quotas de Outros Fundos de Investimento	(320)	-
15. Despesas Eventuais	(175)	(177)
Total despesas	<u>(13.807)</u>	<u>(3.299)</u>
Total	<u>9.553</u>	<u>7.225</u>
i. Resultado patrimonial		
1. Receita patrimonial	140	140
Total	<u>140</u>	<u>140</u>
j. Impostos e participações sobre lucro		
1. Imposto de renda	(1.159)	(382)
2. Contribuição social (CSLL)	(881)	(233)
3. Participação nos lucros	(123)	(111)
Total	<u>(2.163)</u>	<u>(726)</u>

Conselho de Administração

Rodolfo Riechert – Presidente
André Schwartz – Vice-Presidente
Carlos Roberto De Zoppa
Luiz Chrysostomo De Oliveira Filho
Paulo Eduardo de Freitas Botti
Pedro Duarte Guimarães

Diretoria

Paulo Eduardo de Freitas Botti – Diretor-Presidente
Beatriz Cabrera Americano Fernandes
Bernardo Nolasco Rocha
Carlos Roberto De Zoppa
Paulo Toshio Hayakawa
Rodrigo de Souza Lobo Botti

Contador

Eduardo Póvoa
CRC-1SP223513/O-6

Atuário

Laércio dos Santos Vicente
MIBA-2.300

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Semestre findo em 30 de junho de 2016

Aos Membros do
Conselho de Administração da
Terra Brasis Resseguros S.A.
São Paulo - SP

O Comitê de Auditoria da Terra Brasis Resseguros S.A. ("Terra Brasis"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2016, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) entrevistas com a alta administração e com os gestores; (ii) avaliação da estrutura, do funcionamento e acompanhamento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do planejamento e do escopo dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da qualidade das demonstrações financeiras.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Terra Brasis. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e compliance.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Terra Brasis.

O Comitê atua através de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê realizou, no decorrer do semestre, reuniões com áreas de negócios, de contabilidade e controladoria, de controles internos e compliance, de gestão de riscos, com os auditores independentes e com os auditores interno, dentre outras.

O Comitê discutiu com a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., responsável pelas funções de auditoria interna no semestre findo em 30 de junho de 2016, o planejamento de seus trabalhos, incluindo o escopo e os procedimentos aplicados, os resultados alcançados e os relatórios emitidos. O Comitê também avaliou os aspectos de independência e nível de reporte da auditoria interna na estrutura da Organização.

O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O planejamento dos trabalhos de auditoria independente das demonstrações financeiras correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016 foi previamente discutido com a Ernst & Young Auditores Independentes e, ao final dos trabalhos a equipe encarregada apresentou seus resultados e conclusões ao Comitê de Auditoria. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor Presidente e outros membros da diretoria da Terra Brasis e, nessas reuniões, teve a oportunidade de identificar e apresentar sugestões a Administração para aprimoramento dos controles internos e da gestão de riscos.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Conclusões

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação, das demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A. correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016.

Com base nas revisões, discussões e acompanhamento dos trabalhos executados pelos auditores internos e pelos auditores independentes o Comitê considera que os trabalhos desses auditores foram adequados e executados com objetividade e obediência as normas profissionais e regulamentares relacionadas a independência.

29 de agosto de 2016

Comitê de Auditoria
Mozart Dornelles – Presidente
José Campos
José Rubens Alonso